

Constituinte I Sem perdão

Nem bem tinham calado os gritos de euforia pela aprovação do mandato de quatro anos para Sarney, na manhã de domingo, 15, já começava a ser montada aquela que viria a ser a maior decepção causada pela Constituinte até o momento. Na própria tarde de domingo, o senador Mário Covas, grande estrela da votação da manhã, convocou o deputado Vilson Souza (PMDB-MUP) pedindo-lhe a retirada de sua emenda pela anistia dos militares. O deputado recusou-se, alegando compromissos já assumidos com outros partidos, mas o destino da emenda estava selado. A votação foi transferida para segunda-feira, 16, sob justificativa de "dar maior tempo para a negociação". Tempo esse ocupado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB), para convencer pessoalmente vários parlamentares a mudarem seu voto e rejeitarem as emendas. Por sua vez, o senador José Richa, outra estrela dos quatro anos, sussurrava o ultimato dos militares: anistia de jeito nenhum.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL) contava com certos 49 votos a favor, pelo menos, para a emenda de Brandão Monteiro (PDT), que anistiava os marinheiros. Até hoje, os marinheiros rebelados de 1964 são considerados oficialmente mortos, e suas mulheres recebem pensões como viúvas. Sandra foi à tribuna fazer o encaminhamento favorável, mas teve de amargar o resultado exatamente oposto: a emenda foi rejeitada por 49 votos contra 42 e uma abstenção.

Na verdade, o acordo da anistia nunca chegou a ser completamente fechado. O que houve foi a negociação de três emendas — de Vilson Souza (PMDB), Jamil Haddad (PSB) e Brandão Monteiro (PDT) —, para ampliação do texto de Cabral. A liderança do PMDB não comprou a idéia. Nem o conjunto do PFL. O resultado foi a mais dramática reação das galerias, onde, imediatamente, senhores e senhoras de cabelos brancos explodiram em lágrimas

mas e gritos, ao final da votação. Vaiado e insultado por seu voto negativo, Covas enfrentou um verdadeiro tumulto à saída do plenário, e na sessão da tarde, o deputado José Costa chegou a denunciar tentativas de agressão física ao senador, que teria, inclusive, passado mal ao chegar a seu gabinete.

Comenta-se que, ao avaliar os ganhos da Sistematização, a cúpula do PMDB concluiu não haver condições políticas para o que poderia ser visto como uma verdadeira afronta aos militares. Covas nega que tenha havido novas pressões, mas, em seu gabinete, risadas saúdam a informação de que os assessores militares estariam anunciando que "não havia problemas em apoiar a anistia dos marinheiros".

Um outro dado desmente a inexistência de pressões militares de última hora. É a atitude do próprio senador Fernando Henrique Cardoso. Segundo o coordenador do movimento pela anistia, Ferro Costa, o senador havia passado um telegrama à organização, comprometendo seu voto. Mas, na segunda-feira, pela manhã, ele circulou entre diversos parlamentares alinhando argumentos contra as emendas. Na votação da anistia para os marinheiros, não votou. Covas, embora recomendado por parlamentares de seu próprio partido (no caso, Ana Maria Rattes) a sair também do plenário, fez questão de ficar e enfrentar a reação das galerias. Covas explicou que "muitas vezes não votamos como depu-

tado:
res d
O
gar: j
graça

CEDI - P. I. B.
DATA 24 / 11 / 87
COD. 422000018

sentido de permitir aos anistiados as promoções a que teriam direito na ativa, a contagem do tempo de casação para fins de aposentadoria, o ressarcimento financeiro com pagamentos de atrasados (Cz\$ 12 bilhões de custo), e anistiava os marinheiros. No total, um máximo de cinco mil pessoas seriam beneficiadas, metade delas militares. Um grupo pequeno, mas combativo. A aprovação da anistia, diz Ferro Costa, é a única forma de pacificação efetiva das Forças Armadas.

Cynthia Peter

Constituinte II Sem direitos

Em meio às comemorações pela aprovação dos quatro anos, a direita, sorratamente, marcou pontos importantes. Na votação da Ordem Social, por exemplo, obstruiu as sessões da Sistematização até impedir a apreciação de itens como comunicação, meio ambiente, índios etc. Se os assuntos parecem secundários, o fato esconde um *lobby* dos mais competentes entre os que sobrevivem ao regime militar: o do Conselho de Segurança Nacional.

É o caso de todo o capítulo sobre



O chefe Raoni assiste, da galeria, a carga da direita selvagem

a questão indígena, que passou inotocado para apreciação do plenário, levando com ele a ameaça do mais completo extermínio dos índios da história do Brasil. A manobra, que estranhamente não foi combatida com a devida eficácia pela liderança do PMDB, boicotou, inclusive, um acordo que vinha sendo cuidadosamente costurado pelo senador Severo Gomes. Severo luta com afinco contra a falácia de dar aos índios a posse de "terras imemoriais onde estejam permanentemente localizados", ou seja, terra nenhuma.

As manobras contra a questão indígena começaram com a campanha de *O Estado de S. Paulo* acusando o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de usar os índios para ferir a soberania nacional. Continuaram com a instalação de uma CPI sobre o tema. Lá, não pararam de chegar documentos do Conselho de Segurança Nacional em que se declara diretamente que a defesa da questão indígena contraria os "interesses nacionais". A campanha incluiu também o envio de cópias de uma carta do presidente da Funai, Romero Jucá Filho, dirigida aos constituintes e em defesa da exploração no conceito de seu direito à terra.

O acordo negociado por Severo Gomes abria mão da mineração, que seria permitida em áreas indígenas mediante aprovação do Congresso e somente a empresas nacionais. Em compensação, o acordo recuperava o conceito de "terras ocupadas" (não-imemoriais) e suprimia o artigo que negava a índios aculturados os direitos da lei, o que implica uma clara discriminação.

Após a vitória na Sistematização, entretanto, a direita impõe novas condições ao acordo. Quer recuperar o artigo que veda a remoção de grupos indígenas, salvo nos casos que especifica, aí incluídos os de "interesse da soberania nacional" (leia-se Projeto Calha Norte, tão caro aos órgãos de segurança). O senador peemedebista tentará negociar que tal artigo remeta aos que tratam do estado de sítio e emergência, para garantir que, nesses casos, os índios tenham as mesmas garantias que os demais brasileiros, e que a remoção dependa do Congresso Nacional.

C.P.